

Emendas ampliam chances para brasileiro votar

15 MAI 1992

Caso não seja aprovada a emenda do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), que será votada no Congresso Nacional no próximo dia 26, os eleitores do DF ainda terão duas chances para participar das eleições de novembro.

A primeira, pela aprovação do projeto apresentado esta semana pelo senador Nelson Carneiro. A emenda estende a todos os eleitores do DF, mesmo os que tenham títulos expedidos aqui, o direito de votar em candidatos de seus Estados de origem, em todos os níveis. Esta emenda não conta, porém, com o apoio das lideranças locais, do PMDB e nem mesmo com um consenso no interior do PDS.

A segunda chance para os eleitores brasileiros seria também remota: na próxima terça-feira, o presidente do PMDB local, Maerle Ferreira Lima, entregará ao líder do partido no Senado, senador Humberto Lucena, um memorial a ser incluído no substitutivo que o PMDB apresentará contra o recente pacote enviado pelo governo. No substitutivo, será incluída a equiparação do Distrito Federal aos Estados, para efeito de representação política. Ou seja, Brasília terá o mínimo exigido de deputados federais, atualmente fixados em seis, podendo ser aumentados, com elevação do número de cadeiras. No Senado, contaria com três senadores a serem eleitos em novembro.

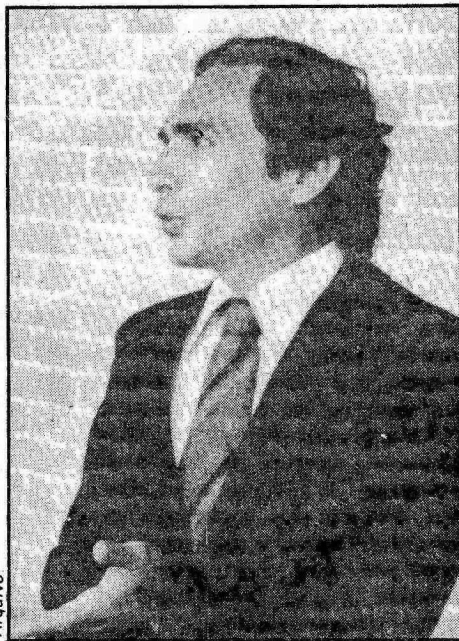
Como o próprio substitutivo do PMDB contra o pacote tem o caráter de resposta "por questão de honra", não há chances concretas de sua aprovação, incluído aí o adendo que trata da representação política para o Distrito Federal.

DIFICULDADES

Caso eliminadas estas duas chances, só a partir de março de 1983 a batalha pela representação política poderá ser recomeçada. Se por um lado há indícios de que numa época o Congresso conte com maioria oposicionista, não se deve esquecer, entretanto, que o quorum mínimo de aprovação, agora implantado pelo novo pacote do governo, será de 2/3 e não mais de maioria simples (metade mais um), que

ainda incidirá sobre a emenda de Fruet. Aí, ficará bem mais distante a conquista da representação política. Não bastarão apenas 211 deputados, e 34 senadores, para alterar a Constituição. A exigência nesse novo cenário será de mais de 300 deputados e mais de 40 senadores.

Além dessas dificuldades, há ainda a pouca simpatia do Palácio do Planalto pela questão Maerle Ferreira Lima recorda, entretanto que Washington elege prefeito e vereadores pelo voto, e que a cidade do México também tem seus prefeitos eleitos pelo voto direto, além de deputados e senadores no Congresso Nacional. O mesmo acontece com Caracas, na Venezuela. Segundo Maerle, "a existência de representação política em três Distritos Federais, em países próximos e democráticos, deixa o governo brasileiro numa situação bastante delicada". Daí a expectativa de que o Planalto possa vir a mudar de opinião.



Arquivo

Maerle: PMDB local repudia e boicota